



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO Correio de Sergipe - 08/10/2015

MPF e MPE querem encaminhamento de novo PEE à Alese

O Ministério Público Federal (MPF/SE) e o Ministério Público Estadual (MPE) ajuizaram Ação Civil Pública (ACP) pedindo que a Justiça obrigue o Poder Executivo a enviar, no prazo de 10 dias, novo Projeto de Lei do Plano Estadual de Educação (PEE) à Assembleia Legislativa (Alese). O novo texto deve conter os principais pontos elaborados pelo Fórum Estadual de Educação. A ação foi protocolada na última sexta-feira, 2 de outubro.

Também é pedido que a Justiça determine à União que envie equipe especializada ao Estado de Sergipe para acompanhar, orientar e emitir parecer técnico sobre o caso, inclusive a respeito do quadro verificado nas mais de 150 escolas visitadas pelos Ministérios Públicos nas municipalidades sergipanas.

Na ação, o MPF/SE e o MPE explicam que o Estado não pode fazer o que fez a respeito do PEE, isto é, realizar cortes em pontos essenciais, via Conselho Estadual de Educação, sem levar em con-

sideração o que foi debatido no âmbito das seis Conferências Intermunicipais de Educação. Durante as conferências ocorreram 60 oficinas de trabalho para discussão do PEE, com a participação de diversos segmentos da sociedade e do meio educacional de Sergipe.

“A atitude do Poder Executivo acabou alijando a participação social da construção do PEE, causando um total desalinhamento com o Plano Nacional de Educação (PNE), e comprometendo o êxito das metas e estratégias em Sergipe e no País”, afirma o procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Ramiro Rockenbach.

• Estratégias

Para o MPF/SE e o MPE/SE, há estratégias para viabilizar uma educação de qualidade que devem ser apreciadas o quanto antes pela Assembleia Legislativa. Entre elas, na ação são destacados: assegurar que o Estado de Sergipe cumpra o seu dever constitucional de atuar prioritariamente no ensi-



Encontramos em escolas banheiros insalubres e impróprios”

Ramiro Rockenbach |
Procurador

significativos do orçamento da pasta. “Encontramos, nas escolas, irregularidades gravíssimas na merenda escolar (mora da de roedores), banheiros insalubres e impróprios, cantina sem condições de uso, estruturas precárias, computadores sem instalações, banheiro sem lavatório, rachaduras e infiltrações, falta de professores de várias disciplinas e muito mais. O quadro é alarmante”, afirma Rockenbach.

• Histórico

Do dia 3 de setembro, o MPF e MPE/SE impediram a sanção e publicação da Lei do Plano Estadual de Educação. A decisão liminar da Justiça Federal atendeu ação cautelar ajuizada após a Assembleia Legislativa aprovar o PEE. No entanto, o Estado de Sergipe conseguiu suspender a decisão com pedido ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª. Região, e a lei foi publicada. O caso ainda está sendo discutido, já que em 7 de setembro, o MPF levou a questão ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça. A ação está pendente de julgamento.

no fundamental e médio; viabilizar os mecanismos de valorização da carreira do magistério; garantir o aporte de recursos financeiros necessários para o cumprimento das metas de educação previstas no PEE, entre outras.

• MPEduc

Na ação, também são citadas as visitas realizadas pelo Projeto Ministério Público pela Educação em agosto e setembro deste ano, em mais de 150 escolas sergipanas, em 40 municípios. Nas visitas foram identificadas contradições entre a realidade da educação no Estado e a retirada de valores